

Clube de Paris teve De Gaulle e Campos em 61

— Il faut nettoyer cette ordure! ("É preciso limpar este lixo"). Com esta exclamação do então Presidente da República francesa, General Charles De Gaulle, iniciou-se a primeira negociação do Brasil com o Clube de Paris, em 1961. O embaixador especial para a renegociação da dívida brasileira com os países europeus — e interlocutor de De Gaulle — era Roberto Campos — atual Senador (PDS-MT). Enquanto isso, o Embaixador Walther Moreira Salles se encarregava de renegociar a dívida brasileira nos Estados Unidos.

O comentário de De Gaulle referia-se, naquele dia da primavera de 1961, a um memorando sobre a sua mesa de trabalho, no Elysée. O memorando continha um minucioso relato sobre antigas pendências entre o Brasil e a França, relacionadas com investimentos franceses que haviam sido encampados por Getúlio Vargas durante a 2ª Guerra Mundial e nunca tinham sido resolvidas. Naquele momento, De Gaulle se dispunha a solucionar definitivamente o assunto e a ajudar o Brasil em seu processo de renegociação.

Brasil foi a origem

Na verdade, com este apelo de socorro do Brasil aos seus credores europeus, batizou-se de Clube de Paris aquela associação informal dos Governos europeus que, antes, era chamada de Clube de Haia — este também, segundo Campos, uma sugestão do próprio Brasil.

Na década de 50, o Brasil tinha créditos na Europa que não eram compensados (escriturais, em moeda convênio), e propôs que fossem conversíveis na Europa. A maior parte dos países europeus concordou, após uma certa relutância. O último a aceitar a proposta foi a Holanda. O acordo veio a ser assinado na Capital holandesa, daí o nome Clube de Haia. Mais tarde, em 1956, a Argentina recorreu ao Clube de Haia para refinanciar a sua dívida.

Inicialmente, o Clube de Haia, depois de Paris, era uma reunião informal apenas de Governos europeus. Aos poucos, todos os países credores foram convidados a mandar um representante para as reuniões. Assim entraram também os Estados Unidos, o Japão, a Austrália, e — surpresa — também o Brasil, que concedia créditos a países da América Latina no início da década de 70.

O Clube de Paris funciona sem estatutos e sem regras definidas. Segundo Roberto Campos, a reunião é informal. Mas há um princípio básico: reúnem-se somente o representante do país devedor com os seus credores. É ao país devedor que cabe a iniciativa de convocar a reunião, mas só quando ela já estiver em situação de atraso de juros. Não foi por outra razão que, pouco antes da viagem do Ministro Delfim Neto a Paris, o Brasil declarou formalmente que não pagaria mais seus compromissos em juros aos Governos. Só os credores que tiverem emprestado mais de 1 milhão de Direitos Especiais de Sáqué (DES — a "moeda" escritural do FMI) podem renegociar. É condição também que os países credores sejam membros do FMI. Cada DES vale 1,06 dólar.

A França coordenou

Roberto Campos conta que, passado o susto com a exclamação do General De Gaulle — il faut nettoyer cette ordure — o Presidente francês perguntou-lhe qual tipo de ajuda esperava dos diversos países credores. Campos retrucou citando caso por caso: a Itália, apesar de laços de afinidade, não poderia ajudar muito no campo econômico. A Inglaterra estava às voltas, ela mesma, com problemas de balanço de pagamentos e com o Commonwealth. A Alemanha vivia o auge da guerra fria. E quanto à França, embora ocupada com o conflito argelino, esperava que assumisse a liderança política da renegociação da dívida brasileira.

De Gaulle aceitou minha idéia com entusiasmo — conta Campos. "Na minha frente, ligou para o Ministro das Finanças, Wilfred Baumgartner, e recomendou que ele desse toda a atenção ao Brasil". Baumgartner delegou a coordenação do processo a Jean Sabrin, diretor-geral do Tesouro francês. As negociações tiveram lugar no Tesouro francês, nos Tulherias, conduzidas pelo representante do país anfitrião.

Logo nas primeiras reuniões, lembra-se Campos, a pergunta foi se havia luz verde do FMI para o processo de reescalonamento. "Então me dirigi a Washington, onde se encontrava o Embaixador Moreira Salles, que conseguira alistar o apoio americano. Tarefa aliás não muito difícil, já que, depois do episódio de Baía dos Porcos, os Estados Unidos, sob a Administração Kennedy, tinham todo interesse em reabilitar sua imagem na América Latina".

Moreira Salles e Campos negociaram, então com o diretor-executivo do FMI, Per Jakobson, uma carta de recomendação ao Clube de Paris, dando apoio ao programa brasileiro. Na época, era Ministro da Fazenda José Clemente Mariani. Com o consentimento do FMI — não era nenhum programa stand-by ou ampliado, apenas uma carta de aquescência do Fundo, dizendo-se satisfeito com o programa do Brasil — fez-se, então, a consolidação dos débitos europeus.

Nova ida em 64

Em 1964, houve nova ida ao Clube de Paris, no curso de outra renegociação da dívida. Na época, Campos já era Ministro do Planejamento. No Ministério da Fazenda estava Octávio Gouvêa de Bulhões. O Embaixador Sette Câmara negociou com o Clube de Paris. "Aí já foi mais fácil, porque já nos conheciam e sabiam que, provavelmente, cumpriríamos o prometido", diz, orgulhoso, Campos.